



## Uma reflexão sobre a importância da Democracia 50 anos do golpe militar

GT Direitos Humanos\*

A reflexão sobre os 50 anos da Ditadura Militar é relevante para que possamos valorizar todas as pessoas que sofreram com o seu arbítrio e para que a sociedade possa conhecer a história dessas valorosas mulheres e homens que não se intimidaram, entender o contexto atual que estamos vivenciando e conduzir ações de combate às violações de direitos, compreendendo o real valor da Democracia e da Liberdade.

Em 31 de março de 1964, tropas do Exército de São Paulo e Minas Gerais

foram às ruas e depuseram o então Presidente, eleito democraticamente, João Goulart, sob a principal alegação de um golpe comunista, considerando que o mundo vivia a tensão da Guerra-fria e o governo de Jango abria as portas do Estado para as organizações sociais.

Instalou-se, no País, a Ditadura Militar. Essa forma de governo comandada pelos militares e apoiado pelas classes conservadoras, no período de 1964 a 1985, caracterizou-se pela ausência de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão às pessoas que se declaravam contra o regime.

Os militares, justificando o controle e a opressão da sociedade, apostaram no chamado Milagre Econômico que alavan-

cou o crescimento econômico brasileiro, mas, deixou, como herança, a concentração de renda e a grande desigualdade social.

Para garantir a ordem política, econômica e social, os direitos foram cerceados e a prática da tortura, bem como o desaparecimento de pessoas, fez parte da atuação da Ditadura Militar.

Na região do Grande ABC, os anos de ditadura, com perseguições, intervenções arbitrárias, cassação de mandatos eletivos e prisões de trabalhadoras e

trabalhadores militantes perduraram, por volta, de 1945 até o final do regime militar.

Para apurar as violações de direitos foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instaurada em 2012, formada por pessoas nomeadas

pela Presidência da República e tem por objetivo investigar violações de direitos ocorridas no período de 1946 a 1988, no Brasil, por agentes do Estado. No final de 2013, a CNV entregou um relatório preliminar, à Presidência, sobre as investigações, visto que tem compromisso em dar retorno aos que sofreram com a repressão, aos familiares e à sociedade, em geral.

Continua na p. 2



### Nesta edição:

Artigo	1
Artigo (cont.)	2
Para Refletir	2

### Para saber mais:

- ⇒ [Comissão Nacional da Verdade](#)
- ⇒ [Comissão da Verdade do Estado de São Paulo](#)
- ⇒ [O golpe de 1964 \(CPDOC/FGV\)](#)

A proteção dos direitos humanos fundamentais, como as liberdades de expressão, de religião, a proteção legal, e as oportunidades de participação na vida política, econômica e cultural do país, são funções principais da Democracia participativa, onde Estado e Sociedade articulam, em consonância, as políticas públicas. Liberdade é o direito do cidadão e da cidadã agirem segundo o seu livre arbítrio, conforme sua própria vontade, é ter sua autonomia, sua independência, sem prejuízo de outrem e estende-se ao conjunto de ideias e ações sobre os direitos das pessoas os quais devem ser usufruídos de forma responsável.

Liberdade e respeito são fundamentais na trajetória de vida das pessoas e peças base no exercício da cidadania.

Assim, a ausência do binômio Democracia e Liberdade implica na inexistência do Estado Democrático de Direito, em toda sua plenitude.

A Ditadura Militar, aos olhos de quem não a viveu, parece superada, mas, ainda hoje, estamos envolvidos nas consequências psicossociais e econômicas deixadas pela sua ação repressiva e depreciadora de direitos.

Os cinquenta anos do Golpe Militar, no Brasil, trazem à tona a reflexão sobre humanização, direitos, liberdade e cidadania, mas também apontam em direção à conscientização e à (re)avaliação das ações humanas de forma a avançar no desenvolvimento sociocultural, econômico e político, do país, e reforçar o papel da Democracia participativa.

Maria do Rosário, Ministra de Direitos Humanos da Presidência da República, enfocou que "A democracia não nasce pronta, é sempre construída. Que o legado perverso, que ficou nas instituições, possa ser superado, assim como a dor que sentimos pela perda de amigos e familiares."

Portanto, que essa reflexão tenha continuidade no sentido de fazer com que cada pessoa entenda sua responsabilidade na construção de um país democrático, com igualdade de oportunidades e liberdade para todos.

\* Grupo de Trabalho do Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Expediente  
Editoração e design: Marta Lima

## Para Refletir



Fonte: [Portal Brasil](#)